



**ACÓRDÃO Nº300/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11860/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Casa Civil - Prefeitura de Manaus e Escritório de Representação em Brasília – ESBRA
- 4- **Responsável:** Márcio Lima Noronha ( Gestor), Lourenço dos Santos Pereira Braga (Gestor), Ramiz Wladimir Braga dos Santos Junior (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Advogado:** Rodrigo Castro Vaz OAB/AM 6719, Yuri Dantas Barroso OAB/AM 4237, Teresa Cristina Correa de Paula Nunes OAB/AM 4976
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5108/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Casa Civil - Prefeitura de Manaus. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Regularidade. Quitação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, de responsabilidade do Sr. **Lourenço dos Santos Pereira Braga**, Secretário Municipal da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, no período de **01.01.2015 a 19.01.2015**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, de responsabilidade do Sr. **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, no período de **19.01.2015 a 31.12.2015**, nos termos do artigo



**ACÓRDÃO Nº300/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.3. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus, de responsabilidade do Sr. **Ramiz Wladimir Braga dos Santos Junior**, Subsecretário Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo, no período de **11.02.2015 a 31.12.2015**, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, no período de 19.01.2015 a 31.12.2015, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** (artigo 174 do RITCE) para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

**10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Ramiz Wladimir Braga dos Santos Junior**, Subsecretário Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo, no período de 11.02.2015 a 31.12.2015, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** (artigo 174 do RITCE) para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



**ACÓRDÃO Nº300/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.6. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2015, do Escritório de Representação em Brasília – ESBRA, de responsabilidade da Sra. **Carla Chaves Pacheco**, Subsecretária – Chefe do Escritório de Representação de Brasília – ESBRA e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.7. Dar quitação** à Sra. **Carla Chaves Pacheco**, Subsecretária – Chefe do Escritório de Representação de Brasília – ESBRA e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 23 e 72, inciso I, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que:
- a)** Encaminhe à atual Administração da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e do Escritório de Representação em Brasília – ESBRA, referente ao exercício de 2015, cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pela Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.
- b)** Notifique os Senhores **Lourenço dos Santos Pereira Braga**, Secretário Municipal da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2015 a 19.01.2015; **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal da Casa Civil – Prefeitura Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, no período de 19.01.2015 a 31.12.2015; **Ramiz Wladimir Braga dos Santos Júnior**, Subsecretário Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo, no período de 11.02.2015 a 31.12.2015; e **Carla Chaves Pacheco**, Subsecretária – Chefe do Escritório de Representação de Brasília –



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº300/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

ESBRA e Ordenadora de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.

**c)** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Março de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**

Procuradora-Geral, em substituição